

O auxiliar no português brasileiro como um V que seleciona VP: uma discussão preliminar*

(Auxiliary in Brazilian Portuguese as a V selecting a VP: a preliminary discussion)

Fernanda Elena de Barros Reis

Instituto Estudos da Linguagem (IEL) – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

fernanda.ebr@gmail.com

Abstract: In this paper, we present a preliminary discussion about the hypothesis that the auxiliary verb in Brazilian Portuguese is a VP head and selects another VP. We take Gonçalves's (1996) proposal for auxiliaries in European Portuguese and present how it can be applied for Brazilian Portuguese. We also present a brief study about the position of the pronoun in verbal complexes in Brazilian *corpus* from the 19th century, given that clitic placement is one of the properties to determine an auxiliary that differs mostly between European and Brazilian Portuguese.

Keywords: Auxiliary verbs; pronominal clitics; Brazilian Portuguese, European Portuguese

Resumo: Este trabalho apresenta uma discussão preliminar sobre a ideia de no português brasileiro o verbo auxiliar ser uma categoria verbal (V) que seleciona um núcleo verbal (VP). Como base, tomamos a proposta de Gonçalves (1996) para um auxiliar no português europeu, verificando como pode ser feita para o português brasileiro a aplicação dos critérios por ela propostos. Além disso, apresentamos um breve estudo sobre dados do século XIX levantados em textos escritos no Brasil referente à colocação pronominal em complexos verbais, uma vez que esta é característica de um dos critérios que apresenta diferenças mais significativas entre as duas variedades.

Palavras-chave: Verbos auxiliares; clíticos pronominais; português brasileiro; português europeu.

1. Introdução

Este trabalho apresenta uma reflexão sobre a auxiliaridade no português brasileiro (PB), com base na proposta de Gonçalves (1996), para os auxiliares do português europeu (PE).

Primeiramente, apresentamos resumidamente a proposta de Gonçalves (1996), que propõe que somente os verbos *ter* e *haver* seguidos de participípio do português europeu (PE) podem ser considerados auxiliares, enquanto verbos como *ir* seguido (da construção temporal), *poder* (construção modal), *estar a* (construção aspectual) seguidos de infinitivo e o *ser* da passiva poderiam ser considerados “semi-auxiliares”, por apresentarem algumas características de um auxiliar. Em seguida, apresentamos como a proposta da autora pode ser aplicada para o PB. Nem todas as características apresentadas por ela podem ser aplicadas, uma vez que elas envolvem diferenças que existem entre o PB e o PE, como é o caso da colocação (e talvez a própria natureza) dos pronomes clíticos. Para investigar melhor a relação entre a colocação pronominal e os verbos auxiliares (e “semi-auxiliares”), estudamos como ela se dava em textos escritos

* Este trabalho foi em parte desenvolvido com base nos resultados obtidos da pesquisa de iniciação científica que recebeu financiamento PIBIC/CNPq (Processo 110771/2007-9), e agora faz parte da pesquisa de mestrado que está em desenvolvimento e é financiada pela CAPES.

do século XIX. Apresentamos, então, uma discussão geral dos aspectos levantados neste artigo e, finalmente, a conclusão.

2. Os auxiliares em PE

A partir da ideia de que um auxiliar deve ser um V que seleciona um VP, Gonçalves, com base na teoria de Princípios e Parâmetros, apresenta duas características que, segundo ela, “constituem as grandes propriedades dos auxiliares em qualquer língua natural”:

- (i) o auxiliar e o verbo chamado principal têm de pertencer ao mesmo domínio frásico, evidenciando um forte grau de coesão sintática;
- (ii) o auxiliar é desprovido de uma grelha argumental própria, o que implica que o SN Sujeito final seja um dependente temático. (1996, p. 10-11)¹

A partir disso, ela propõe um conjunto de critérios que devem ser aplicados a verbos que ocorrerem seguidos de outro verbo não-flexionado para que se confira se eles de fato são auxiliares ou não. Os cinco critérios seguintes comprovam a propriedade (i), enquanto os dois últimos comprovam (ii):

1. Impossibilidade de coocorrência com uma oração completiva finita e com uma oração completiva infinitiva; (...)
2. Impossibilidade de negação do predicado verbal encaixado (ou “principal”); (...)
3. Obrigatoriedade de subida de clítico para uma posição de adjacência à esquerda ao (primeiro) auxiliar, em condições que determinam a ordem *cl-V*; (...)
4. Impossibilidade de ocorrência de modificadores frásicos com valores temporais distintos; (...)
5. Impossibilidade de substituição do verbo principal e seus argumentos pelo clítico verbal demonstrativo *o*; (...)
6. Não imposição de restrições de seleção ao SN que ocupa a posição de Sujeito final, que deve ser semanticamente compatível com o chamados verbos principais; (...)
7. Não atribuição de papel- θ externo, que varia de acordo com a grade temática do verbo “principal”. (GONÇALVES, 1996, p. 10)

Aplicando tais critérios do PE a um elenco composto de verbos considerados auxiliares pelas gramáticas tradicionais e também de verbos que apresentam comportamento semelhante a eles, Gonçalves (1996) conclui que somente os verbos *ter* e *haver* seguidos de participio são auxiliares no PE. Outros verbos, como o *ser* da passiva, os aspectuais, modais e temporais apresentam uma comportamento semelhante ao de um auxiliar no que diz respeito a boa parte dos critérios. Esse fato levou Costa e

¹ Por domínio frásico, deve-se entender um domínio em que (pelo menos) T se projeta. Assim, no caso dos auxiliares, haveria somente um T que domina os dois VP da estrutura de uma construção com verbo auxiliar (o mais alto, correspondente ao verbo auxiliar e o mais baixo, ao verbo principal) – ou seja, somente um domínio frásico.

Gonçalves (2002) a organizarem uma escala de auxiliaridade, organizando alguns verbos (que as autoras chamam de “semi-auxiliares”) de acordo com as semelhanças que apresentam em relação aos verdadeiros auxiliares. No topo da escala, está o *ser* da passiva; na segunda posição, os verbos temporais; na terceira, os modais (*poder* e *dever*) e os aspectuais seguidos de *a* (p. 98).²

Os verbos *andar*, *estar*, *ficar*, *ir* e *vir* seguidos de gerúndio satisfazem todos os critérios propostos, mas não aparecem na escala de auxiliaridade e não são considerados por Gonçalves (1996) como selecionando diretamente um VP pelo fato de tais verbos, segundo ela, “na variante padrão do PE, serem preteridos em favor das construções que são seguidas de *a* e INF” (p. 14) e, dessa forma, “a análise ideal seria a que postulasse uma estrutura idêntica para as frases em que essas sequências ocorrem, uma vez que a interpretação semântica das mesmas é, no essencial, idêntica” (p. 41). Então, considera que, assim como os aspectuais seguidos de *a*, os seguidos de gerúndio selecionam uma categoria AspP. A diferença entre as duas construções seria que Asp do gerúndio seleciona um VP (ou seja, um complemento verbal) e Asp da preposição seguida de infinitivo seleciona um TP (ou seja, um complemento frásico) – o que explica o fato de a primeira apresentar todas as propriedades e a segunda, não.

No caso do *ser* da passiva, primeiro da escala de auxiliaridade, o único critério que ele não satisfaz é o número 5, uma vez que, no PE, o verbo principal da construção passiva pode ser substituído pelo clítico demonstrativo *o*. A autora (GONÇALVES, 1996) explica tal comportamento dizendo que o complemento do *ser* da passiva pertence à categoria de concordância (Agr ou, usando o rótulo por ela adotado, CONC – de “concordância”), cujo núcleo Agr tem traços de natureza nominal – assim, ele pode ser substituído pelo clítico demonstrativo *o*, que, segundo Matos (1985), é uma expressão nominal, devendo, portanto, ser usado somente para substituir um complemento de um verbo que c-seleciona uma expressão de natureza nominal.

Então, assim como o *ter/haver* seguidos de particípio, o *ser* da passiva e os aspectuais seguidos de gerúndio (como o verbo *estar*) não c-selecionam um núcleo frásico (ou seja, que domine um TP), mas o núcleo que cada um seleciona é diferente: os primeiros, como verdadeiros auxiliares (pelo menos conforme propõe Gonçalves, 1996), selecionam uma projeção de V; os segundos, de Agr/CONC; os terceiros, de Asp.

No caso dos temporais (*ir*, *vir* e *haver de* seguidos de verbo no infinitivo) a autora considera que são verbos que selecionam um CP, explicando assim por que com esses verbos os clíticos podem aparecer ligados ao verbo do domínio encaixado, ou seja, àquele não-flexionado (GONÇALVES, 1996). Em tais construções, a posição do clítico é opcional, diferentemente da construção *ter/haver* seguidos de particípio, uma vez que nelas ele pode aparecer ligado a qualquer um dos verbos da construção, como os exemplos do PE a seguir ilustram:

- (01) a. O Paulo não me vai visitar essa semana. (PE)
b. O Paulo não vai visitar-me essa semana. (PE)
- (02) a. O Paulo não me tem visitado ultimamente. (PE)

² As autoras ainda incluem mais um degrau na escala e, além disso, dão conta do comportamento de verbos de controle (*querer*, *conseguir*), por exemplo, por que estes também apresentam algumas características em comum com os verbos auxiliares. Apresentamos, neste artigo, somente os verbos mais semelhantes a um verdadeiro auxiliar; por isso, não especificamos o que se diz sobre os outros verbos que elas estudam.

b. *O Paulo não tem visitado-me ultimamente. (PE)

Para explicar a agramaticalidade da ligação do clítico ao verbo principal numa construção com um verdadeiro auxiliar, a autora (GONÇALVES, 1996) diz que, no caso dos auxiliares, há atuação de uma regra de reestruturação (que, segundo ela, atuaria de forma semelhante à regra de incorporação de Baker, 1988), que transforma o complexo “verbo auxiliar + verbo principal” em um complexo verbal único – ou seja, o verbo principal sobe para uma posição de adjunção com o verbo auxiliar, restando em seu núcleo apenas um vestígio. Assim, só resta ao clítico ligar-se ao núcleo do complexo verbal formado, o que vai resultar em próclise ao verbo auxiliar. Já no caso de verbos temporais, a formação do complexo verbal pela regra de reestruturação pode ou não acontecer. Assim, se há a atuação da regra, a posição do clítico é a próclise ao verbo temporal; se tal regra não atuar, o clítico pode permanecer ligado ao verbo principal. A possibilidade de não sofrer a regra de reestruturação seria justificada pelo fato de os temporais selecionarem um complemento frásico que é, no caso, um CP, e não um complemento que não seja frásico, como um VP.

No caso dos aspectuais seguidos de *a*, além de ser opcional o verbo ao qual o clítico se liga, há um comportamento diferente quanto ao critério 2. A possibilidade de negação do predicado verbal encaixado nas construções com esses verbos é, segundo Gonçalves (1996), possível, “embora, na opinião de alguns falantes inquiridos, nem todos os verbos mencionados o permitam” (p.28). O contraste de gramaticalidade pode ser ilustrado pelas seguintes sentenças:

(03) a. A Maria não está a corrigir os trabalhos. (PE)

b. A Maria está a não corrigir os trabalhos. (PE)

(04) a. A Maria não tem corrigido os trabalhos. (PE)

b. *A Maria tem não corrigido os trabalhos. (PE)

Para explicar tal possibilidade, ela considera que os aspectuais selecionam um AspP que rege tempo, uma vez que adotam uma análise segunda a qual Neg é regido por T. Se não há uma categoria T regida pela categoria que o verbo seleciona, então o único lugar que Neg pode ser adjungido é no T que rege o verbo flexionado, sendo que o único resultado possível é a negação precedendo o verbo flexionado (como é o caso dos auxiliares). Se, por outro lado, verbo selecionar uma categoria que rege T (como é o caso dos aspectuais seguidos de *a*), a negação pode aparecer entre os dois verbos do complexo verbal.

Nas construções com os modais *poder* e *dever* também podem acontecer a negação do predicado encaixado e adjunção do clítico ao verbo flexionado ou ao verbo não-flexionado e, além disso, tais construções permitem a ocorrência de modificadores frásicos com valores temporais distintos:

(05) Ontem, a Joana podia ir ao cinema amanhã (agora já não pode mais). (PE)

(06) *Ontem, a Joana tinha ido ao cinema amanhã. (PE)

Assim, é reforçada a ideia de que os verbos *poder* e *dever* das construções modais selecionam uma categoria que rege T. A autora propõe que, assim como os temporais, a categoria selecionada é um CP (GONÇALVES, 1996).

Então, reunindo as informações discutidas, temos, para os verbos apresentados, os seguintes fatos e estruturas:³

1. Verdadeiros auxiliares: apresentam todas as propriedades.
- (07) a. O João tem encontrado a Ana.
 b. ... [SV [V' [V [V ter] encontrado]_i] [V^{max} [SV [V' t_i ...
2. Aspectuais seguidos de gerúndio: apresentam todas as propriedades; diferem dos auxiliares em relação a suas propriedades de c-seleção.
- (08) a. Pedro está estudando.
 b. ... [SV [V' [V [V estar] estudando]_{ji}] [ASP^{max} [SASP [ASP' t_{ji} [V^{max} [SV [V' t_i ...
3. *Ser* da construção passiva: apresenta todas as propriedades, a não ser a propriedade 5, por permitir substituição do verbo principal e seus argumentos pelo clítico verbal demonstrativo *o*.
- (09) a. O João foi elogiado pelo professor.
 b. ... [SV [V' [V [V ser] elogiado]_{ji}] [CONC^{max} [SCONC [CONC' t_{ji} [V^{max} [SV [V' t_i ...
4. Verbos temporais: apresentam todas as propriedades, a não ser a 3, pelo fato de o clítico, nestas construções, poder permanecer ligado ao verbo principal (ou seja, a subida do clítico não é obrigatória, apesar de possível).
- (10) a. O João vai ver o jogo.
 b. ... [SV [V' [V [V ir] ver]_{kji}] [SCOMP [COMP' t_{kji}] [ST [T' t_{kji}] [SCONC [CONC' t_{ji} [V^{max} [SV [V' t_i ...
5. (a) Aspectuais seguidos de *a*: não apresentam a propriedade 3; alguns destes aspectuais também não apresentam a propriedade 2, já que permitem a negação do predicado encaixado.
- (11) a. A Ana está a ler.
 b. ... [SV [V' [V [V estar] [ASPI [ASP a] ler]_{kji}] [ASP^{max} [SASP [ASP' t_i] [ST [T' t_{kji}] [SCONC [CONC' t_{ji} [V^{max} [SV [V' t_i ...
- (b) Modais: somente não apresentam as propriedades 2, 3 e 4 (é possível haver a ocorrência de modificadores frásicos com valores temporais distintos).
- (12) a. A Maria pode emprestar o livro.
 b. ... [SV [V' [V [V poder] emprestar]_{kji}] [SCOMP [COMP' t_{kji}] [ST [T' t_{kji}] [SCONC [CONC' t_{ji} [V^{max} [SV [V' t_i ...

3. Verificando a proposta para o PB

Alguns desses critérios não podem ser aplicados da mesma forma para o PB, uma vez que este apresenta diferenças em relação ao PE que são relevantes para alguns critérios. Uma das diferenças é a questão da colocação pronominal, que não é a mesma

³ Todas as estruturas são de Gonçalves (1996), que apresenta somente as partes relevantes – aquelas correspondentes aos verbos.

nas duas variedades. Em PB os clíticos estão sempre ligados à forma não-finita de um complexo verbal:

(13) Ele tinha me dado um livro. (PB)

(14) Maria vai te buscar em casa. (PB)

(15) João pode nos enviar o trabalho a qualquer momento. (PB)

Assim, em nenhum dos casos de teste dos verbos no PB há a ocorrência dos complementos pronominalizados em adjacência ao verbo flexionado, inclusive no caso dos aspectuais seguidos de gerúndio e do *ter*, *haver* e *ser* seguidos de particípio, diferentemente do que acontece no PE:

(16) a. Ele tinha-me dado um livro. (PE)

b. *Ele tinha me dado um livro. (PE)

c. Ele não me tinha dado um livro. (PE)

d. *Ele não tinha me dado um livro. (PE)

Mas isso não necessariamente indica que o *ter* e o *haver* no PB não selecionam um VP, a depender da análise do clítico que é assumida. Por exemplo, Duarte, Matos e Gonçalves (2005) propõem que o clítico é uma categoria que deve estar acima de AspP. A diferença entre o PB e o PE seria resultado de um parâmetro (“*proclisis parameter*”), que para o primeiro é positivo e para o segundo é negativo. O francês também seria uma língua com o parâmetro de próclise positivo assim como o PB, mas tais línguas diferem na colocação pronominal quando se tem a construção com o particípio (no francês, feito com o verbo *avoir* ou com o verbo *être*), como se pode perceber pela diferença de gramaticalidade nos exemplos a seguir, baseados nos exemplos apresentados pelas autoras (p. 136):

(17) a. Eles tinham certamente *me* visto no Calçadão. (PB)

b. Ele foi certamente *te* apresentado por Maria. (PB)

(18) a. Ils *m’*avaient certainement vu au Calçadão.

a’. *Ils avaient certainement *me* vu au Calçadão.

b. Il *lui* a été certainement présenté par Maria.

b’. *Il a été certainement *te* présenté par Maria.

Para explicar tal contraste, elas dizem que a diferença entre os dois é que, apesar de ambos não apresentarem um T no domínio do complemento no particípio, no PB há um núcleo ativo Asp em tal domínio enquanto no Francês, não. Então, este Asp ao qual elas se referem não domina um T – assim como o AspP selecionado pelo aspectual (como o verbo *estar*) seguido de gerúndio da análise de Gonçalves (1996). Assim, o resultado seria que no PB, *ter* seguido de particípio e *estar* seguido de gerúndio selecionam a mesma categoria (AspP), ao contrário do PE no qual, segundo a autora, o *ter* seleciona um VP e o *estar*, um AspP.

Galves, Torres Moraes e Ribeiro (2005), por outro lado, propõem que a diferença de comportamento dos clíticos em PE e PB é resultado de regras morfológicas que são diferentes para as duas variedades e pela categoria à qual o clítico se liga em cada uma: enquanto na primeira ele se liga sintaticamente a Infl, na segunda a adjunção

é feita a V. Se a segunda diferença (que é sintática) entre as variedades for adotada e aplicada à ideia de que o auxiliar é um V que seleciona outro VP, seria possível dizer que o fato de em PB os clíticos ocorrerem ligados ao verbo mais alto (ou seja, ao auxiliar ou semi-auxiliar) em construções como *ter* seguido de particípio, *ir* seguido de infinitivo, *estar* seguido de gerúndio, não é suficiente para se dizer que o verbo mais alto seleciona um núcleo que seja frásico (ou seja, algum núcleo que domine TP – ou InflP), uma vez que o clítico não se liga a Infl, e sim a V. Além disso, assumir tal comportamento sintático dos clíticos dá conta também da proposta de Gonçalves (1996) relativamente à categoria que certos verbos do PE selecionam: se o *ter* e *haver* seguidos de particípio, *ser* da passiva e alguns aspectuais seguidos de gerúndio selecionam um complemento que não seja frásico e o clítico no PE deve se ligar a Infl, então não há como este ficar ligado ao verbo não-flexionado; por outro lado, os outros verbos, como os temporais, aspectuais seguidos de preposição *a* e os modais, selecionariam um complemento frásico, o que permitiria que o clítico se ligasse ao verbo principal, uma vez este teria um Infl para o qual subir.

Outra diferença entre o PE e o PB é que neste o clítico neutro demonstrativo *o* desapareceu, conforme demonstra Cyrino (1997) em estudo diacrônico. Assim, o critério 5 não pode ser aplicado da mesma forma nas duas variedades. Uma primeira alternativa para que se testasse tal critério seria substituir o clítico demonstrativo *o* pelo pronome demonstrativo *isso*. Para o PB, os resultados de tal substituição são idênticos aos resultados do PE com clítico neutro *o*, a não ser com o verbo *ser* da passiva:

- (19) a. A Maria foi elogiada pelo professor e Marta também *o* foi. (PE)
b. * A Maria foi elogiada pelo professor e Marta também foi *isso*. (PB)

Por outro lado, isso não pode ser levado como evidência de que, no PB, a categoria que o verbo *ser* da passiva seleciona é a mesma daquela que o *ter* seleciona, porque o particípio selecionado pelo primeiro concorda em gênero e número com o DP ao qual atribuí papel de tema. Ou seja, há aí uma diferença da qual se deve dar conta. Então, talvez, adotar também para o PB a proposta de Gonçalves (1996) para o *ser* da passiva do PE seja uma opção.

4. O que dados do século XIX podem revelar sobre a questão

Atentando para o fato de que a discussão sobre o estatuto do clítico é importante para que se argumente que um verbo seleciona um domínio frásico ou um domínio que não é frásico e que sua colocação apresenta mudanças significativas na história do português, é interessante olhar em dados diacrônicos do PB como a colocação pronominal era feita em complexos verbais.⁴

Cyrino (1996) apresenta um levantamento da ocorrência de pronome proclítico ao verbo principal em construções assim em *corpus* do século XVIII ao século XX. Seus resultados mostram um progressivo aumento na porcentagem a partir da primeira metade do século XIX, chegando a 100% na segunda metade do século XX. Já Pagotto (1996) também observou a colocação pronominal em construções assim, mas do século XVI ao século XX, e seus resultados aparecem separados por tipo de verbo (infinitivo, gerúndio, particípio) selecionado pelo verbo flexionado. Dos resultados, a próclise ao verbo principal também só passa a aparecer de fato no século XX, sendo em maior

⁴ Consideramos aqui “complexo verbal” qualquer construção de um verbo flexionado (seguido ou não de preposição) seguido de um verbo não flexionado (ou “verbo principal”).

número, a não ser para o caso do particípio, com o qual a maior frequência é de próclise ao verbo flexionado. Já no século XIX, na maioria dos casos o clítico aparecia em próclise ao verbo flexionado, sendo os casos de ênclise ao verbo principal de somente 17% para o infinitivo e nulos para o gerúndio e para o particípio, e não havendo nenhum caso de próclise ao verbo principal. Assim, vemos uma pequena divergência entre os resultados dos dois autores.

Por outro lado, em Cyrino (1996), não se apresenta a colocação pronominal em relação aos tipos de verbo selecionado, o que seria interessante de analisar para saber se, naquele século, a posição do clítico ocorria de forma semelhante com qualquer complexo verbal, como é no PB atual, ou se havia diferenças – por exemplo, se ele aparecia em uma certa posição se a construção fosse o *ter* seguido de particípio e em outra se fosse a construção com o *poder* seguido de infinitivo.

Então, com o objetivo de observar exclusivamente como se dava a colocação pronominal no século XIX em complexos verbais, fizemos um levantamento de tais casos em *corpus* daquele século (composto de carta de leitores e anúncios de jornais do estado de São Paulo⁵). Os resultados foram os seguintes⁶:

Tabela 1: Resultados do século XIX de acordo com a colocação pronominal e os tipos de verbo

Posição do clítico / Tipo de verbo	Próclise ao verbo (semi-) auxiliar	Ênclise ao verbo (semi-) auxiliar	Próclise ao verbo principal	Ênclise ao verbo principal	Total
Temporal	9 (21,4%)	1 (2,3%)	6 (14,4%)	26 (61,9%)	42
Aspectual seguido de <i>a</i>	2 (16,7%)	4 (33,3%)	- (0%)	6 (50%)	12
Modal	47 (46,1%)	5 (4,9%)	3 (2,9%)	47 (46,1%)	102
Aspectual seguido de gerúndio	3 (100%)	- (0%)	- (0%)	- (0%)	3
<i>Ter, ser e estar</i> seguidos de particípio	51 (78,5%)	11 (16,9%)	2 (3,1%)	1 (1,5%)	65

Como se pode observar, no *corpus* analisado, a próclise ao verbo principal de fato já aparece, apesar de ser em porcentagens bem pequenas. No caso dos verbos que selecionam um verbo principal no infinitivo, há a possibilidade do clítico estar ligado tanto ao primeiro quanto ao segundo verbos. Com o gerúndio, havia somente três casos, todos de próclise ao verbo principal. No caso do particípio, vemos que são poucos os verbos que aparecem ligados ao verbo principal (3 de um total de 65). Talvez, então, no século XIX, nas construções com *ter*, *haver* e *ser* seguidos de particípio, a ligação do clítico com o verbo principal ainda era marginal, diferente de como acontece para o PB atual, o que já pode indicar uma mudança ocorrida com tais verbos, diferente das outras construções, com as quais os clíticos já apareciam ligados ao verbo principal numa porcentagem bem mais elevada.

⁵ Tal *corpus* é parte do Projeto PHPB – Para a História do Português Brasileiro, e estão no capítulo referente a São Paulo, de Barbosa e Lopes (2002) e de Guedes e Berlink (2000).

⁶ Consideramos ênclise ao verbo (semi-)auxiliar quando havia sinal gráfico (“-“) ligando o clítico a este verbo; na ausência do sinal, consideramos próclise ao verbo principal.

Galves, Torres Moraes e Ribeiro (2005) propõem que o PB se desenvolveu do Português Clássico – no qual, assim como o PE, a adjunção do clítico devia ser feita a Infl. Então, seguindo a proposta dessas autoras e a aplicando a proposta de Gonçalves (1996) sobre a auxiliaridade, é possível analisar os resultados de duas formas: ou o clítico, no século XIX, já podia ser ligado a V, ou ainda precisava ser ligado a Infl. No primeiro caso, não haveria explicação para os resultados com o verbo *ter*, *ser* e *estar*. No segundo, a mudança de categoria à qual o clítico se liga seria suficiente para dar conta das diferenças apontadas em relação ao PB atual: se no século XIX o clítico devia estar ligado a Infl, então o fato de verbos como *ter* (seguido de particípio) selecionarem um VP e verbos como os modais selecionarem um domínio frásico (ou seja, que domine um T) dava conta das diferenças encontradas nos resultados.

Mas é importante notar que, em qualquer um dos casos, não se tem argumentos a favor ou contra a ideia de que o *ter*, *ser* e *estar* selecionam uma categoria V no PB atual. Se seguirmos a proposta de Duarte, Matos e Gonçalves (2005) para o clítico, por outro lado, podemos dizer que a mudança está no tipo de categoria que tais verbos selecionam: no português do século XIX, ela era VP; no PB atual passou a ser AspP.

Devemos ainda ressaltar a questão da norma que pode ter influído na colocação pronominal da época. Segundo Pagotto (1998), no decorrer do século XIX, a norma culta, que antes tinha como base o português clássico (que era em geral proclítico, a não ser em início de frase), passou a ter como base o que é hoje o PE. Como no PE, nas construções com *ter* e *haver* seguidos de particípio e dos aspectuais seguidos de gerúndio o clítico deve estar ligado ao verbo mais alto, talvez os resultados estejam refletindo a norma adotada na época, e os poucos casos de pronome ligado à forma infinitiva seriam um “deslize”, indicando uma construção que, de fato, era usada no PB falado do século XIX.

O único dado de pronome enclítico ao particípio passado é interessante para a discussão:

- (20) Tenho visto varias correspondencias | desta villa, e tenho lido ellas afim de ver se deparo em al- | gumas dellas a noticia de um grande pagode que houve ha | dias na fazenda do *senhor* Victoriano José Lemes, e como nin- | guem **tem lembrado-se** de fallar nesse pagode, e para que | se veja e saiba como esta villa vai em progresso tomo a ta-| refa de publicar o motivo desse pagode. (carta 452, de 26 de março de 1859, grifos meus)

Se considerarmos que no PB atual o clítico pode, sim, estar ligado ao verbo não-flexionado quando se tem a construção *ter* seguido de particípio, poderíamos dizer que pelo menos em dois aspectos ele se aproxima do PB atual: o fato de apresentar um clítico ligado ao verbo no particípio, na construção *ter* seguido de particípio; e o fato de usar um pronome reto (*ellas*) e não um clítico – no caso, seria o pronome *a* – como objeto do verbo (“tenho lido *ellas*”).

Talvez tais construções já estivessem sendo usadas na época, sendo o exemplo dado um caso de reflexo da língua falada de então, e, possivelmente, o verbo *ter* da construção *ter* seguido de particípio já estaria perdendo uma de suas principais características de “auxiliar” (se é que no português clássico ela a tinha) – a ocorrência obrigatória do clítico adjacente à forma finita (no caso, o verbo *ter*).

Outro fato interessante é que os únicos três casos de verbo seguido de gerúndio com colocação pronominal apareceram com o verbo *ir*, sendo todos eles casos de próclise ao verbo mais alto. Seria possível pensar que, ou nas construções do verbo *ir* seguido de gerúndio, o clítico não pode aparecer ligado ao verbo principal (o que faria

do verbo *ir* em construções assim um auxiliar), ou aí é, ainda, a norma agindo. No entanto, são poucos os dados para sustentar alguma das hipóteses.

5. Discussão geral

Para se dizer que um auxiliar é um V que seleciona VP no PB, apelar para a análise de Gonçalves (1996) para o PE não é suficiente uma vez que as duas variedades apresentam características diferentes que influenciam nos critérios da autora, sendo o mais marcante a colocação pronominal.

Por outro lado, os critérios 1, 2, 4, 6 e 7 não apresentam diferenças entre as duas variedades. Para o PE, eles não seriam suficientes porque não dão conta de alguns comportamentos diferentes entre alguns verbos. Por exemplo, o verbo *ter* seguido de particípio e o *ir* seguido de infinitivo da perífrase de futuro passam sem problemas por tais critérios, mas a possibilidade de colocação pronominal é diferente para as duas construções. Assim, a explicação para tal diferença estaria no tipo de categoria que cada verbo seleciona. Já no PB, como vimos, a colocação pronominal é a mesma para todos os complexos verbais, o que pode indicar que tais verbos selecionam a mesma categoria.

Mas fica ainda em aberto a questão de se os verbos que passam pelos critérios mencionados acima selecionam um VP ou não, porque isso passa pela questão de como se considerar o clítico. Ora, se adotarmos que no PB ele deve estar acima de AspP, então o fato de o pronome sempre aparecer em próclise ao verbo principal nas construções com dois verbos seria evidência de que o verbo mais alto seleciona AspP. Ainda adotando tal ideia, os resultados da colocação pronominal no século XIX então poderiam indicar que houve uma mudança na categoria que os verbos como *ter* (quando seguido de particípio) selecionam.

Por outro lado, se considerarmos no PB que o clítico pode ficar ligado a V, então o fato de ele ser ligado ao verbo principal não é evidência de que o verbo mais alto seleciona um VP – mas também não é suficiente para que faça com que esta possibilidade de análise (de seleção de VP) seja descartada. Seria preciso, então, levantar outras possibilidades de se verificar que tipo de categoria o verbo está selecionando, estudo que está além deste presente trabalho, por este apresentar somente uma discussão preliminar do assunto.

De qualquer forma, se levarmos em conta somente os cinco critérios mencionados e considerarmos que eles são suficientes para se dizer que o verbo é auxiliar (ou seja, seleciona VP), temos os seguintes resultados para o PB: *andar, estar, ficar e vir* seguidos de verbo no gerúndio, *ir* seguido de verbo no infinitivo e *haver, ser e ter* seguidos de verbo no particípio.

Já os dados do século XIX revelam que parecia haver uma diferença naquela época que não existe mais no PB atual em relação colocação pronominal: aparentemente, ela era diferente a depender do primeiro verbo do complexo verbal que se tinha – com os verbos *ter, haver e ser* o clítico aparecia quase que exclusivamente ligado ao verbo mais alto, enquanto com os outros verbos, ele aparecia ligado tanto com aquele quanto com o principal. Este fato deve ser mais estudado, para que se possa entender melhor qual foi a mudança daquele século para o PB atual – se é que ela ocorreu – e como ela pode interferir em como consideramos os verbos do complexo verbal.

6. Conclusão

Ao verificarmos os critérios propostos por Gonçalves (1996) para um auxiliar, pudemos ver que nem todos os critérios podem ser considerados da mesma forma para o PB. Um deles, da possibilidade de substituição do domínio encaixado pela forma pronominal *o*, não é possível uma vez que ela desapareceu no PB. Outro critério que deve ser reconsiderado é o da impossibilidade do clítico ficar ligado ao verbo principal, já que no PB o clítico está sempre ligado ao verbo principal num complexo verbal. Dizer se isso é suficiente para que se considere que no PB nenhum verbo seleciona um VP passa, então, pela forma como se considera o clítico. Apresentamos dados do século XIX em relação a isso e comentamos como duas das análises existentes para o clítico podem interferir na questão (para os dois períodos), mas não optamos por nenhuma delas, por não ser esse o objetivo deste trabalho – a ideia era somente apresentar uma discussão preliminar sobre a questão de como fica no PB certa concepção de auxiliar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKER, M. *Incorporation – A Theory of Grammatical Function Changing*. Chicago: University of Chicago Press, 1988.
- BARBOSA, A.; LOPES, C. (Orgs.) *Críticas, queixumes e bajulações na Imprensa Brasileira do séc. XIX: cartas de leitores e cartas de redatores*. Rio de Janeiro: PHPB/UFRJ, 2002.
- COSTA, T.; GONÇALVES, A. (*Auxiliar a*) *Compreender os verbos auxiliares*. Lisboa: Edições Colibri, 2002.
- CYRINO, S. Observações Sobre a Mudança Diacrônica no Português do Brasil: Objeto Nulo e Clíticos. In: KATO, M.; ROBERTS, I. (Orgs.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. p. 163-184.
- _____. *O objeto nulo no português do Brasil - um estudo sintático-diacrônico*. Londrina: Editora da UEL, 1997.
- DUARTE, I.; MATOS, G.; GONÇALVES, A. Pronominal Clitics in European and Brazilian Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*, Lisboa, v. 4, n. 2, p. 113-141, 2005.
- GALVES, C.; TORRES MORAES, M. A.; RIBEIRO, I. Syntax and Morphology in the Placement of Clitics. *Journal of Portuguese Linguistics*, Lisboa, v. 4, n. 2, p. 143-177, 2005.
- GONÇALVES, A. Aspectos da Sintaxe dos Verbos Auxiliares do Português Europeu. In: _____; COLAÇO, M.; MIGUEL, M.; MOIA, T. (Orgs.) *Quatro Estudos em Sintaxe do Português*. Lisboa: Edições Colibri, 1996. p. 7-50.
- GUEDES, M.; BERLINK, R. (Orgs.) *E os preços eram commodos*. São Paulo: Humanitas, 2000.
- MATOS, G. *Clítico Verbal Demonstrativo*. Trabalho de Síntese. FLL. Lisboa, 1985.
- PAGOTTO, E. Clíticos, Mudança e Seleção Natural. In: KATO, M.; ROBERTS, I. (Orgs.) *Português Brasileiro: Uma viagem Diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. p. 185-222.
- _____. Norma e condescendência: ciência e pureza. *Língua e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, n. 2, p. 49-68, 1998.